



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005272-79.2018.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
Requerente: **Jurema Nanci de Paula Ferraz**
Requerido: **Banco Santander**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora se volta contra o débito automático de valor em sua conta bancária, relativo à fatura do cartão de crédito mantido junto ao réu, desconhecendo a respectiva origem.

Alegou que tentou resolver essa pendência, sem sucesso, de sorte que almeja à devolução em dobro daquela quantia e ao ressarcimento dos danos morais que suportou.

Já o réu em contestação confirmou o lançamento impugnado pela autora, assinalando que derivaria do pagamento inferior ao total da fatura de seu cartão de crédito, o que rendeu ensejo ao parcelamento automático da diferença daí proveniente.

A hipótese vertente concerne a relação de consumo, preenchidos que estão os requisitos dos arts. 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Aplica-se por isso, dentre outras regras, a da inversão do ônus da prova (art. 6º, inc. VIII, parte final, do CDC), a qual leva em conta a hipossuficiência do consumidor sob o ângulo técnico e não econômico.

É o que leciona **RIZZATTO NUNES**:

“A vulnerabilidade, como vimos, é o conceito que afirma a fragilidade econômica do consumidor e também técnica. Mas hipossuficiência, para fins da possibilidade de inversão do ônus da prova, tem sentido de desconhecimento técnico e informativo do produto e do serviço, de suas propriedades, de seu funcionamento vital e/ou intrínseco, dos modos especiais de controle, dos aspectos que podem ter gerado o acidente de consumo e o dano, das características do vício etc.” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 2011, p. 218).

Como a autora ostenta esse *status* em relação ao réu, relativamente aos fatos trazidos à colação, aquela norma tem incidência na espécie.

Assentada essa premissa, o exame dos autos atesta que o réu não se desincumbiu satisfatoriamente do ônus que pesava sobre ele para comprovar a regularidade do procedimento trazido à colação.

Na peça de resistência, limitou-se a salientar que o débito em apreço ocorreu por força da falta de pagamento da fatura do cartão da autora vencida em maio/2018, mas não esclareceu em que condições isso teve vez e muito menos amealhou elementos em prol dessa tese.

Na sequência do processo, coligiu os documentos de fls. 85/96 para concluir que patenteariam o atraso no pagamento de faturas do cartão de crédito da mesma.

Não teceu, porém, uma só consideração a propósito do assunto, além de não declinar qualquer explicação sobre o conteúdo dos aludidos documentos.

Como se não bastasse, a autora posteriormente deixou claro que quitou regularmente as faturas de seu cartão, excluindo somente as importâncias atinentes a compras que não implementou, tema esse objeto de outro processo que tramitou por este Juízo (fls. 101/102).

O réu, então, reproduziu o que já declinara sem impugnar específica e concretamente as últimas alegações da autora e tampouco os documentos que ela apresentou (fl. 112).

Diante desse cenário, reputo que inexiste lastro sólido para levar à ideia de que o réu tinha respaldo para concretizar o lançamento questionado pela autora.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

De início, em momento algum o réu se preocupou em declinar os motivos que levaram ao suposto adimplemento a menor por parte da autora quanto a faturas de seu cartão de crédito.

Isso não foi suprido pela oferta dos documentos de fls. 85/96, especialmente porque desacompanhados de uma única abordagem que fosse sobre eles.

Ademais, a autora comprovou que em outro processo que tramitou neste Juízo (nº 1011571-09.2017) refutou compras inseridas em seu cartão de crédito, reconhecendo-se então que na verdade não se cristalizou o liame entre ela e esses gastos, tanto que foi indenizada pelos danos morais apurados na esteira que se estabeleceu.

A sentença de fls. 103/106 aponta nessa direção, cumprindo registrar que foi confirmada em grau de recurso e que o réu satisfaz o correspondente cumprimento, pagando o montante a que foi condenado.

Ora, a conclusão que promana desse panorama é a de que o réu (1) não comprovou a contento a origem do lançamento refutado pela autora e (2) não afastou a perspectiva de que isso teria ligação com gastos já reconhecidos como não levados a cabo pela autora.

Deverá, assim, proceder à devolução da importância pertinente, mas isso não se dará em dobro porque o Colendo Superior Tribunal de Justiça assentou que *“a repetição em dobro do indébito, prevista no art. 42, parágrafo único, do CDC, não prescinde da demonstração da má-fé do credor”* (Reclamação nº 4892-PR, rel. Min. **RAUL ARAÚJO**, j. 27.4.2011).

Na espécie vertente, não extraio dos autos dados consistentes que denotassem a má-fé do réu, de sorte que não terá aplicação a destacada regra.

Os danos morais, por fim, estão configurados.

A análise dos autos evidencia que há tempos a autora vem enfrentando problemas com o réu, os quais não cessaram nem mesmo após sair vencedora em ação promovida contra o mesmo.

Ao contrário, continuaram e abriram ensejo ao presente processo.

É fácil reconhecer diante disso que a autora, como de resto se daria com qualquer pessoa mediana que estivesse na sua posição, sofreu desgaste de vulto com problema a que não deu causa, não demonstrando o réu ao menos na espécie que lhe tivesse dispensado o tratamento que seria exigível.

Ficam, portanto, caracterizados os danos morais passíveis de ressarcimento, até porque a situação ultrapassou em larga medida os meros dissabores próprios da vida cotidiana.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

O valor da indenização está em consonância com os critérios usualmente empregados em condições semelhantes (toma em conta a condição econômica das partes e o grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como a necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado), merecendo vingar.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar o réu a pagar à autora as quantias de R\$ 568,98, acrescida de correção monetária, a partir de maio de 2018 (época do débito de fl. 20), e juros de mora, contados da citação, e de R\$ 4.770,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 02 de outubro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**